



RIO GRANDE DO SUL

SINDICATO REABRE A SUBSEDE EM TRAMANDAÍ



Os vigilantes do litoral voltaram a ter a facilidade de uma subsede do Sindivigilantes do Sul bem próxima, em Tramandaí. Ela foi reaberta há poucos dias e já está fazendo o atendimento da categoria, na Avenida Flores da Cunha, 4712, no bairro Zona Nova. Também atende pelo telefone (51) 2184-0046.

Na subsede, os vigilantes podem solicitar autorizações para os convênios, encaminhar a Carteira Nacional de Vigilantes, fazer a

homologação das rescisões de contrato, entre outros serviços. O presidente Loreni Dias disse que também está vendo a possibilidade do atendimento jurídico com agendamento prévio.

A representação do sindicato na região havia sido fechada devido à grande perda de arrecadação que a entidade sofreu com o fim do imposto sindical, a partir do final de 2017. Isso obrigou a entidade a fazer diversos cortes de custos, como o fechamento de subsedes, entre outras medidas de contenção de despesas.

“Administrando os recursos com muita responsabilidade, aos poucos o sindicato está retomando algumas atividades que tinham sido temporariamente interrompidas”, disse o presidente Dias.

A RELAÇÃO DE CONVÊNIOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DO Sindivigilantes do Sul.

FONTE: Sindivigilantes do Sul

Governo Bolsonaro ataca aposentadorias e pensões para bancar o Renda Cidadã



Jair Bolsonaro (Foto: Alan Santos - PR)

Milhares de brasileiros e brasileiras que ganharam ações na Justiça contra órgãos públicos federais, em especial contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), poderão amargar mais tempo de espera na fila para receber do governo Federal os valores a que têm direito. O motivo é que o presidente Jair Bolsonaro (ex-PSL) pretende postergar o pagamento dessas dívidas, chamadas de precatórios, para bancar os recursos para o Renda Cidadã, programa que substituirá o Bolsa Família.

Ao anunciar o programa, nesta segunda-feira (28), ao lado de Bolsonaro, do ministro da Economia, Paulo Guedes, e outros parlamentares, o senador Márcio Bittar (MDB), foi didático ao dizer que os recursos para o programa virão dos precatórios e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

Bittar é relator do Orçamento e foi autorizado por Bolsonaro a elaborar o novo programa social.

O que são precatórios?

Toda vez que o governo perde uma ação e fica com uma dívida com valor acima de R\$ 60 mil, ela se torna um precatório. Precatório, portanto, é um título a ser quitado pelo Tesouro Nacional. A maioria dos casos é de beneficiários do INSS, que entraram com ações de revisão do valor do benefício e até mesmo para conseguir que o pedido de aposentadoria seja concedido.

Além de anos esperando que as ações sejam julgadas, eles ainda ficam aguardando que os valores a que têm direito sejam colocados no Orçamento do ano seguinte para que possam, finalmente, receber.

De acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o valor destinado aos precatórios fica previsto para Orçamento da União do ano seguinte. Assim, se um precatório foi emitido até o mês de junho deste ano, ele entra no Orçamento de 2021. Geralmente, os

precatórios são pagos até o mês de abril, mas o prazo legal é até o fim do ano. .

Se o precatório for emitido de julho em diante, ele será previsto somente para o outro ano, ou seja, se um título foi emitido em julho de 2020, entrará para orçamento de 2022.

Quando o valor é menor do que R\$ 60 mil, é quitado mais rapidamente como 'requisições judiciais de pequeno valor'. Para esses casos, a lei determina pagamento por meio de depósito em conta judicial já no mês seguinte.

A advogada Cláudia Costa, do escritório LBS Advogados, afirma que antes da demora e da burocracia para receber o dinheiro, o aposentado, certamente, já esperou vários anos pela decisão da Justiça. .

“Esse processo todo pode demorar até 20 anos”, diz a advogada.

Portanto, quem já está na fila de espera, pode ter de esperar ainda mais, já que o governo pretende adiar o pagamento dessas dívidas

Teto de gastos é o entrave

O obstáculo para criar o programa Renda Cidadã é a Emenda Constitucional (EC) 95, do teto dos gastos públicos, que não permite elevar o orçamento da União. Por isso, a artimanha proposta por Bittar e aprovada por Bolsonaro e a equipe econômica, é adiar o pagamento de precatórios e usar recursos Fundeb, além de utilizar os que já estão previstos no Orçamento para o Bolsa Família. A ideia é turbinar o Bolsa Família, dar um novo nome e, com isso, associá-lo a Bolsonaro.

Em entrevista à Carta Capital, o economista Guilherme Santos Mello, professor do Instituto de Economia da Unicamp, afirma que esse adiamento do pagamento não pode ser chamado de calote porque o termo implica em “não pagamento” da dívida, mas tem um nome: inadimplência.

Ainda assim, ele questiona: “essa regra vai adiar por quanto tempo o pagamento? Se fossem alguns meses, um ano, é uma coisa. De repente, pode adiar por cinco, seis, dez anos e

a pessoa que estava para receber ter morrido e não ter recebido”, afirma o economista.

Mello ainda explica que a ação seria ilegal. “Fere a Lei de Responsabilidade Fiscal. Você não está tirando de um lugar, mas adiando um pagamento. Você não está reduzindo um gasto para cobrir outro, você está adiando um pagamento. Então, você está gerando um problema crescente, um estoque crescente de dívida da União com a sociedade que vai se acumular ao longo do tempo”, completou o economista.

Valores

De acordo com o Conselho da Justiça Federal (CFJ), em junho de 2020, foram liberados para o pagamento de precatórios, cerca de R\$ 31,7 bilhões. Desse total, R\$ 13 bilhões são destinados a valores referentes indenizações, como as ações movidas por aposentados e pensionistas, além de salários e vencimentos de servidores, e honorários advocatícios. São os chamados precatórios de natureza alimentar.

De acordo com o Tesouro Nacional, em 2019, o total de recursos liberados tanto para precatórios como para as requisições de pequeno valor, somou R\$ 70,4 bilhões. Desse total, R\$ 40,1 bilhões foram efetivamente pagos até agora.

A estimativa para 2021, menor do que a do ano passado, é de R\$ 55 bilhões para pagamentos dessas dívidas, E Bolsonaro ainda quer limitar esses recursos em apenas 2% da receita prevista para 2021. Dessa forma, apenas R\$ 16 bilhões iriam para os precatórios.

O que sobraria – cerca de R\$ 39 bilhões – seria redirecionado ao Renda Cidadã.

Os custos

Se for aprovado a proposta, de acordo com o senador Márcio Bittar, o programa Renda Cidadã custará R\$ 25 bilhões de reais a mais que o Bolsa Família, hoje em R\$ 32 bilhões por ano.

Fonte: CUT

Trabalhadores perdem até 25% de renda. É a maior queda já registrada, diz IBGE

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNDA) Covid, do IBGE, mostra que o trabalhador que não completou o ensino médio perdeu até 25% da renda. Em média, a perda é 8% maior dos que têm ensino superior



A pandemia do novo coronavírus (Covid-19) está sendo ainda mais cruel para 27,3 milhões de trabalhadores e trabalhadoras formais e informais que não têm instrução, ou apenas possuem o ensino fundamental incompleto ou completo e ensino médio incompleto, mostra a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNDA) Covid, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

As perdas nos rendimentos mensais chegaram até 25% em maio último, para quem tem baixa escolaridade. Este índice diminuiu para 24% em junho e 18% em julho. Ainda assim, no último mês analisado, a perda de renda dos que têm pouca instrução é 8% maior dos que tem ensino superior completo e pós-graduação. Neste grupo, no mesmo período, os rendimentos caíram 14%, 13% e 10% respectivamente.

Em média para todas as escolaridades, a renda obtida pelo trabalho caiu em maio 18%. Em junho, a queda foi de 17% e, em julho 13%. É a maior queda de rendimentos dos trabalhadores registrada desde 2012, quando a pesquisa começou a ser feita. Até hoje, o maior índice havia sido registrado no ano da crise econômica de 2015, com 3%.

A professora de economia e pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit/Unicamp), Marilane Teixeira, diz que em maio e junho deste ano, os rendimentos foram menores porque eram os meses do auge da suspensão dos contratos de trabalho e da redução de jornada e salários previstas na Medida Provisória (MP) nº 936, que atingiram 10 milhões de trabalhadores. Além disso, os meses de abril e maio, auge da quarentena, impactaram também nos rendimentos dos informais.

Quando se tem aumento da oferta de mão de obra e se reduz os ganhos, haverá uma queda maior de renda. Nesta situação, o trabalhador vai se submeter para ganhar qualquer coisa. Quem for contratar pode pagar qualquer valor e vai ter gente disposta a ganhar abaixo do salário mínimo

Quando se tem aumento da oferta de mão de obra e se reduz os ganhos, haverá uma queda maior de renda. Nesta situação, o trabalhador vai se submeter para ganhar qualquer coisa. Quem for contratar pode pagar qualquer valor e vai ter gente disposta a ganhar abaixo do salário mínimo- Marilane Teixeira

Na avaliação do economista do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Daniel Ferrer de Almeida, a queda no rendimento do trabalhador com menor escolaridade é uma relação um tanto quanto evidente, já que a maioria não pode fazer home office e tem dificuldades em procurar um emprego digital.

“Depois de seis meses de pandemia começam a ser quantificadas as hipóteses que o movimento sindical já vinha denunciando, de que as perdas com as poucas medidas tomadas pelo governo para conter a crise econômica

cairiam nas costas dos trabalhadores”, diz Daniel, que é doutorando em Direito do Trabalho pela Universidade de São Paulo (USP).

E esta situação tende a piorar, já que os cálculos do rendimento médio efetivo devem cair ainda mais, com a previsão do Produto Interno Bruto (PIB) deste ano variando negativamente de 4,5% a 5%, segundo o próprio governo, ressalta Marilane Teixeira.

Trabalhadores com menos estudo também foram os mais demitidos

Daniel Ferrer entende que é preciso analisar os dados de janeiro a julho deste ano do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), que computa empregos formais, depois de 2017, o contraste intermitente também, diretamente afetado pela pandemia. Os dados mostram que foram fechados no Brasil um 1 milhão e 92 mil postos de trabalho. Deste total, 38% são entre os trabalhadores com grau de escolaridade reduzido.

O economista do Dieese ressalta que embora esses trabalhadores representem 24% do mercado de trabalho, o saldo negativo de 38% é imenso para eles.

“Isto é um indicativo forte de que as medidas de compensação, tanto na suspensão dos contratos, como na redução de jornada, não abrangeu na totalidade os trabalhadores de menor qualificação. Eles foram diretamente afetados com a perda dos postos de trabalho”, afirma Daniel.

Governo erra ao não manter a Política de Valorização do Salário Mínimo

A insistência do governo de Jair Bolsonaro (ex-PSL) em manter o discurso neoliberal econômico, que não entende que o mercado interno é um motor importante para a retomada da economia é um dos motivos pelos quais a crise econômica vai se aprofundar, acredita Daniel. Para ele, os oito anos do governo do ex-presidente Lula (2002 a 2010) foram exemplares neste quesito.

“Além de promover o consumo interno com a Política de Valorização do Salário Mínimo, que Bolsonaro acabou, nos governos Lula havia crédito, uma política de investimento em infraestrutura e toda uma política nacional de desenvolvimento estratégico integrando todos os setores”, recorda o economista do Dieese.

Limitar valor do auxílio emergencial e diminuir número de beneficiados aumentará a crise

Segundo Daniel, o governo Bolsonaro caminha no sentido oposto ao não valorizar o salário mínimo e ao limitar o valor do auxílio emergencial em R\$ 300,00 e diminuir o número de beneficiados.

Sem política de valorização do salário não tem emprego, sem uma política social do governo não tem consumo interno. Somente exportar soja, laranja, mineiro de ferro, não resolve a fome do brasileiro, só levará segurança alimentar para a China, não para o Brasil- Daniel Ferrer de Almeida

A opinião de que a queda nos rendimentos só não foi maior ainda por causa do pagamento do auxílio de R\$ 600,00 é compartilhada pela professora de economia da Unicamp. Para Marilane, a redução do valor e do número de pessoas beneficiadas, impactarão negativamente na renda das famílias brasileiras.

A economista reforça que com o fim do auxílio programado para o final do ano e, se nada for feito para diminuir este impacto, vai haver uma fatia grande da população sem renda nenhuma.

“Muitas pessoas que receberam o auxílio estavam inseridas em alguma ocupação e recebiam um salário mínimo. Ao ficarem somente com os 600 reais já houve aí uma perda de 40% nos rendimentos. Sem o auxílio, sua renda cairá a zero. Por isso, se não houver uma substituição ao auxílio emergencial, óbvio que as pessoas não terão rendimentos para consumir e, sem consumo, não haverá geração de emprego”, afirma Marilane.

Para ela, os efeitos na economia do auxílio foram fundamentais, mas ficou abaixo da necessidade da população porque a falta de transparência e de competência do governo Bolsonaro, deixou gente que precisava de fora do pagamento dos R\$ 600,00.

“O governo evidentemente não consegue pensar numa política pública necessária. Fica selecionando quem pode e não pode receber o auxílio, fazendo uma barreira burocrática, sem se dar conta que isto tem impacto negativo na economia”, conclui a economista do Cesit / Unicamp.

FONTE: RBA

Sábado é dia de luta em defesa da soberania, do Brasil para o povo e da Petrobras

Mobilização da CUT, centrais, movimentos sociais e parlamentares fecha semana de lutas por educação, saúde, emprego, alimentos e contas de luz e água com preços mais justo, pela Amazônia e contra privatizações



No próximo sábado (3), dia em que a Petrobras completa 67 anos, trabalhadores e trabalhadoras voltarão às ruas e às redes para lutar pelo serviço público e pelas estatais.

Os atos serão em defesa da soberania nacional, de um país para o povo, com serviço público de acessível e de qualidade, servidor público valorizado, prestando serviços de excelência e empresas públicas trabalhando pelo desenvolvimento econômico e social do Brasil, cobrando preços justos de gasolina, gás e energia.

As mobilizações têm como objetivo dialogar com a população sobre a importância da luta em defesa das empresas públicas de todos os setores – petróleo, bancos, transporte e porto públicos, correios, eletricidade e saneamento, que estão sob a ameaça de extinção ou de privatização total ou parcial, o que pode afetar a vida de milhares de brasileiros e brasileiras.

“O Brasil precisa das estatais como fonte de promoção do desenvolvimento do nosso país. Somente a Petrobras é responsável, hoje, por mais 70% dos investimentos que entram no

Brasil. Não podemos permitir que o governo genocida e entreguista de Jair Bolsonaro privatize a Petrobras”, afirmou o presidente da CUT, Sérgio Nobre, se referindo ao projeto de Bolsonaro e seu ministro da Economia, o banqueiro Paulo Guedes, de entregar as empresas públicas brasileiras ao mercado financeiro internacional, atendendo aos interesses de outros países, como os Estados Unidos..

Segundo ele, nenhuma nação do mundo conseguiu dar um padrão de vida digno de vida para o seu povo sem ter uma base industrial importante e a Petrobras é um dos instrumentos de desenvolvimento do país e “isso precisa ficar claro para o povo brasileiro”.

Os momentos de crescimento em nosso país foram estimulados pelas estatais e pelos bancos públicos, porque se é público é para todos. Independentemente de ter recursos ou não. Vamos mostrar, através dessa campanha, como as estatais e os serviços públicos chegam à casa dos cidadãos e cidadãs, para que possam valorizá-los- Sergio Nobre

O ato do dia 3 é fundamental para evitar que o país retroceda e não consiga se desenvolver de forma justa para todos e todas, complementa o Coordenador-Geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Deyvid Bacelar,

“Sem o controle do Estado nestas empresas não há soberania nacional e ainda entregamos nas mãos do capital internacional áreas estratégicas para o desenvolvimento do país, prejudicando todo o povo brasileiro, principalmente os mais pobres. Não podemos compactuar com este governo e ainda temos

apoio de 67% dos brasileiros, que são contrários a privatização das estatais”, explica.

O Coordenador Nacional do Movimento dos Atingidos Por Barragens (MAB), Gilberto Cervinski, disse que os atos serão explicativos para que toda população entenda que defender a soberania é defender a industrialização e empregos, educação e saúde para todos, a Amazônia e tarifas justas nas contas de água, luz e alimentação. Além disso, mostrar porque o movimento é contra as privatizações.

“A Petrobras, Eletrobrás, Correios, Banco do Brasil, BNDS, Casa da Moeda, Portos, o SUS, as universidades e outras empresas públicas e estatais estão em liquidação e serão transferidas para outra nação se não fizermos nada. Não podemos permitir este saque às riquezas do nosso povo. Só com empresas públicas fortes é que um país se desenvolve”.

“Privatizá-las significa aumento nas contas de água e luz, preços elevados na alimentação, a destruição da nossa natureza, escolas e universidades com mensalidades pagas. Além disso, excluir milhares de pessoas de ter uma vida mais digna e justa. Sem soberania, as consequências são graves para a população”, afirmou Giba.

Mentiras históricas

A data também será importante para explicar para os brasileiros e as brasileiras que, no governo Bolsonaro, a manipulação das informações e mentiras para confundir as pessoas ficou ainda mais grave e precisa ser combatida, diz o presidente da CUT, Sérgio Nobre.

“Ao longo de décadas, eles plantaram mentiras sobre os serviços públicos, os servidores e sobre as estatais, dizendo que nossas empresas eram ultrapassadas, que não tinham competitividade e que o retorno para a sociedade era pequeno. Mas precisamos e vamos reverter esse processo de mentiras, resgatar a verdade sobre a importância dos serviços e servidores públicos”, concluiu Sérgio.

No próximo sábado também encerra a semana de lutas pela soberania, que aconteceu em todo país entre os dias 28 de setembro e 3 de outubro, com lives, manifestações de rua e materiais de divulgação online.

Sobre os atos do dia 3

Mais de 50 entidades, entre elas a CUT, o Fórum das Centrais Sindicais, movimentos sindical e social, frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, artistas, cantores, parlamentares, que formam o Comitê de Luta em Defesa do Povo Brasileiro e que assinam o **“Manifesto pela Soberania”**, participarão dos atos presencial e virtual. Os organizadores estão mapeando locais e horários dos atos nos estados e cidades para serem divulgados em breve.

O que já tem definido é um abraço simbólico na sede da Petrobras no Rio de Janeiro, a partir das 10 horas. E na parte da tarde, a partir das 15 horas, um “ato Político Virtual pela Soberania Nacional – Em defesa do Povo Brasileiro” será transmitido pelas páginas e redes das entidades organizativas da mobilização e pela TVT.

Durante a live, que está prevista para ser híbrida, terá flashes dos atos que estarão acontecendo ao vivo.

“Há três anos, o aniversário da Petrobras é usado para ampliarmos o debate contra as privatizações e falarmos da importância das empresas públicas para o desenvolvimento do país e do povo brasileiro. Nossa expectativa é que esta data se torne permanente para podermos dialogar com a sociedade diariamente e explicar como tudo isso impacta a vida de cada um e cada uma”, afirmou o secretário de Comunicação da CUT Bahia, Edmilson Barbosa, que está no grupo que coordena os atos do dia 3.

As entidades que quiserem assinar o manifesto poderão fazer isso através de um QR Code que será divulgado na live. Uma página no Facebook foi criada pelo comitê para acompanhar as informações e conhecer a luta coletiva.

Serviço:

Abraço Simbólico na sede da Petrobras

Av. República do Chile, 65 - Centro, Rio de Janeiro

A partir das 10 horas

Ato Político Virtual pela Soberania Nacional

Pelas páginas do Facebook das entidades que participam do ato, entre elas a da CUT, e a do comitê.

FONTE: CUT

BNDES encerra mesa de negociações com empregados

TST vai mediar negociações entre as partes



O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) soltou um comunicado informando que não negociará mais a renovação do Acordo Coletivo de Trabalho dos empregados do sistema BNDES com os trabalhadores na mesa de negociações bipartite e que as negociações somente ocorrerão com a mediação do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

“Lamentamos essa decisão da diretoria do BNDES. Pedimos a mediação do TST, mas dissemos ao banco, em mesa de negociações, que não queríamos encerrar as negociações na mesa bipartite e que a busca da intermediação era apenas o cumprimento de um trâmite formal para a continuidade do diálogo em busca da solução”, explicou o vice-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT). “E, em momento algum, o banco disse que se pedíssemos a intermediação do TST o banco encerraria as negociações bipartites”, completou.

Postura do banco

Para o vice-presidente da Contraf-CUT, desde o início, o BNDES busca atacar os direitos dos trabalhadores e as organizações de representação sindical. “Estávamos e estamos dispostos a manter as negociações. Encerrar as negociações é um desrespeito com os empregados, que aguardam ansiosos pelo desfecho da mesa”, ponderou. “Buscamos conversas para tentar encontrar uma solução. Mas, desde o início, uma parcela da diretoria do banco, que não são de carreira, manteve uma postura de não resolver a situação. Estão lá apenas para garantir que fosse cumprido o que o governo quer. Não nos restou alternativa a não ser buscar essa mediação, pois estava vencendo os 30 dias de manutenção da ultratividade dos direitos que conseguimos na Justiça”, argumentou Vinícius, ressaltando que a mediação do TST não significa a judicialização do processo de negociações.

“A diretoria precisa dizer a verdade para o funcionalismo do BNDES. Não pode confundir e dizer que sentou na mesa com disposição de encontrar soluções, o que não vem acontecendo. São 2 meses e até agora o que avançou? Só as cláusulas econômicas e mesmo assim seguindo a Fenaban, que também tem presença na mesa e nada resolveu”, completou o vice-presidente da Contraf-CUT.

Fonte: CONTRAF

Outubro Rosa?

Outubro Rosa é uma campanha anual realizada mundialmente em outubro, com a intenção de alertar a sociedade sobre o diagnóstico precoce do câncer de mama. A mobilização visa também à disseminação de dados preventivos e ressalta a importância de olhar com atenção para a saúde, além de lutar por direitos como o atendimento médico e o suporte emocional, garantindo um tratamento de qualidade.

Durante o mês, diversas instituições abordam o tema para encorajar mulheres a realizarem seus exames e muitas até os disponibilizam. Iniciativas como essa são fundamentais para a prevenção, visto que nos estágios iniciais, a doença é assintomática.

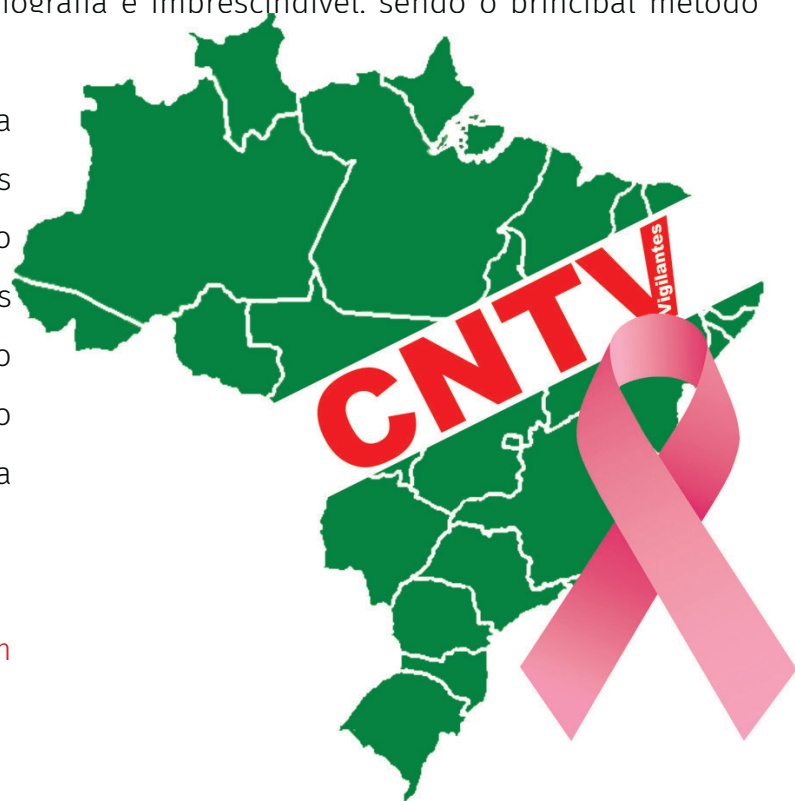
O câncer de mama é um tumor maligno que ataca o tecido mamário e é um dos tipos mais comuns, segundo o Instituto Nacional do Câncer – INCA. Ele se desenvolve quando ocorre uma alteração de apenas alguns trechos das moléculas de DNA, causando uma multiplicação das células anormais que geram o cisto.

Segundo o Instituto Oncoguia, diagnosticar o câncer precocemente aumenta significativamente as chances de cura, 95% dos casos identificados em estágio inicial têm possibilidade de cura. Por isso, a mamografia é imprescindível, sendo o principal método para o rastreamento da doença.

De acordo com a Sociedade Brasileira de Mastologia (SBM) das 11,5 milhões de mamografias que deveriam ter sido realizadas no ano passado, apenas 2,7 milhões foram feitas. A diminuição acentuada do exame é um fator de risco para milhares de mulheres e um alerta para a importância da campanha.

#LaçosQueAbraçam

Fonte: Roche.com



Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF